

CLÁUDIO HUMBERTO

POR: ANA PAULA LEITÃO E TERESA BARROS

claudiohumberto.com.br

@columach

“Não vamos incluir nada novo”

Relator do projeto da desoneração da folha de pagamento, Leonardo Picciani (PMDB)

Governo retoma o controle dos bilhões da Vale

Sem alarde e utilizando artifícios marotos, o governo retomou o controle da Cia Vale do Rio Doce, privatizada em 1997. Os fundos de pensão Previ (do Banco do Brasil), Funcef (Caixa) e Petros (Petrobras), além do BNDESpar, controlados pelo Planalto, somam agora 52,5% da mineradora. Isso garante à “cumpanhherada” proximidade dos negócios bilionários da Vale. Sem licitações, sem TCU e sem MPF por perto.

Empresa laranja

Para disfarçar os investimentos na Vale, os fundos criaram uma empresa, Litel, da qual a Previ tem 78,4% das ações.

Pés frios

Após retomada da empresa, uma das mais rentáveis do mundo, a Vale viu agravada a crise da desvalorização do minério de ferro.

Disfarça, disfarça

Para assumir o controle da Vale, os fundos investiram mais do que a lei autoriza, e agora tentam “desenquadramento” para fugir da ilegalidade.

Fechando os olhos

O ministro Carlos Gabas (Previdência) pressiona a Previc, que fiscaliza fundos de pensão, a “buscar uma solução” para não puni-los.

Reforma política libera troca-troca de partidos

Além de impedir que partidos nanicos tenham acesso aos R\$ 868 milhões do fundo partidário, o projeto da reforma política libera políticos eleitos a mudar de partido sem risco de perder o mandato, mas só pelos dois meses após a promulgação da lei. Hoje e após a janela de sessenta dias, político que se desligar do partido pelo qual foi eleito perde o mandato, salvo em casos como a criação de nova legenda.

Corrida pela grana

A mudança na partilha do fundo partidário deve levar deputados de 16 pequenos partidos a usar a brecha para trocar de legenda.

Furada

Partidos em vias de criação como o Rede, de Marina Silva, e o PL de Gilberto Kassab (Cidades) vão nascer sem dinheiro e sem deputados.

Senado jovem

Ao contrário de senatus, que vem de “ancião” em latim, a idade mínima de nossos senadores será reduzida para 30 anos na reforma política.

Contrabando questionado

O PPS entrou com mandado de segurança no Supremo contra o “contrabando” na MP 668, que libera construção do “Parlashopping” no novo anexo da Câmara. O “jabuti” foi aprovado na MP no último dia 20.

O que é pior

Com Delcídio Amaral (PT-MS) como líder do governo no Senado, Dilma não precisa de oposição. Ele agora diz que é preciso “diferenciar partido e governo”. Sem explicar o que é pior, na opinião dele.

Grande resistência

Deputados federais do PMDB-RJ cobram de Michel Temer a nomeação dos indicados na Cia. Docas. Para votar o ajuste fiscal, Temer prometeu nomeações, mas a resistência na Casa Civil é implacável.

Fusão fria

A fusão PTB-DEM passa por dificuldades. Reunidos ontem, dirigentes dos dois partidos se desentenderam sobre partilhas dos diretórios estaduais no novo partido e as conversas voltaram à estaca zero.

Desoneração da folha

A Receita Federal demorou duas semanas para encaminhar a tabela da análise de desoneração da folha de pagamento ao relator, Leonardo Picciani (PMDB-RJ). Com relatório atrasado, votação só no dia 10/jun.

Reeleição na Câmara, não

O deputado Wadih Damous (PT-RJ) criticou a intenção do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de aprovar PEC que permite a reeleição no atual cargo: “É um casuísmo grave que altera a Constituição para atender interesses circunstanciais”. Atualmente a reeleição é proibida.

Vergonha

O deputado Arthur Virgílio Bisneto (PSDB-AM) aplaudiu a rejeição ao diplomata Guilherme Patriota para a OEA: “O Senado não é obrigado a referendar. E a OEA não é hoje um foro multilateral relevante”.

Apertando o PT

Eduardo Cunha (PMDB-RJ) deseja pôr em votação a reforma política para desgastar o PT. O objetivo do presidente da Câmara é destacar as incoerências petistas, que pregam uma coisa e aprovam outra.

Pensando bem...

... “corte adequado”, como quer Dilma, só se for na própria carne.

PODER SEM PUDOR

Lição de política

Candidato em oposição a Jânio Quadros, Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra de Juscelino Kubitschek, visitou o ex-presidente Eurico Dutra, marechal como ele. Conversa vai, conversa vem, Dutra advertiu: - Você não vai ganhar. - Por que não? - Ora, você não sabe falar... - O senhor também não sabia falar e foi presidente... – lembrou Lott. - É, mas eu não falava...



ENERSUL

Governo entra na briga para retorno de CPI

Estado e deputados entraram com ação para reverter suspensão

ZANA ZAIDAN

O Governo do Estado resolveu intervir no imbróglio entre a Energisa e a Assembleia Legislativa e, junto com o presidente da Casa, deputado Júnior Mochi (PMDB), e o presidente da denominada “CPI da Enersul/Energisa”, Paulo Correa (PR), recorreu na Justiça contra liminar concedida à concessionária de energia, que suspendeu todos os atos de instauração da comissão parlamentar.

No início dos trabalhos, o proponente da investigação, deputado Marquinhos Trad (PMDB), acusou o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) de tentar resguardar a Energisa, por causa de uma conversa a portas fechadas que aconteceu entre o tucano e o diretor-presidente da empresa, Marcelo Silveira da Rocha.

Segundo esclareceu Azambuja na época, o encontro ocorreu a pedido de Rocha, que externou preocupação em relação à fuga de investidores que uma CPI poderia causar. A diligência fora aprovada pela maioria dos deputados, portanto, no dia 31 de março, foi publicado o ato de instauração da comissão, assinado por Mochi.

Quinze dias depois, o desembargador Dorival Renato Pavan, da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, acolheu o mandado de segurança impetrado pela Energisa e suspendeu, em caráter liminar, os atos da CPI.

Agora, o procurador-geral do Estado, Adalberto Neves Miranda, e o procurador José



RELATOR. Beto Pereira quer saber se houve impacto na tarifa de energia

Wilson Costa Júnior, além de Luiz Henrique Volpe Camargo e Cleomenes da Cunha, assessores jurídicos da CPI e da Assembleia, respectivamente, assinam agravo regimental interposto pela Casa. O recurso pede o restabelecimento, em sua totalidade, dos trabalhos da comissão até que seja julgado o mandado de segurança impetrado pela Energisa.

IMPACTO NA TARIFA

A Casa se ateve a contradizer os pontos apresentados pela Energisa para inviabilizar a investigação, principalmente quanto à alegação de ausência de “interesse público” que justificasse a CPI, afirmando, avalizada pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), que as supostas irregularidades praticadas pelo Grupo Rede, antigo controlador da Enersul, não influenciaram na tarifa de energia do sul-mato-grossense.

“É óbvio que a diretoria administrativa da Aneel não

colocará em dúvida os atos praticados pela Enersul que foram - ou deveriam ter sido - objeto de sua fiscalização, já que qualquer reconhecimento nesse sentido colocaria em descrédito a sua própria atividade”, rebateu a Assembleia.

Saiba

CPI apura desvio de dinheiro

A CPI denominada “Enersul/Energisa” foi instaurada para apurar supostos desvios de R\$ 700 milhões e a existência de folha de pagamento paralela, configurando espécie de “mensalão”, com base em relatório da auditoria realizada na empresa de energia pela PwC (Pricewaterhouse Coopers).

RESPOSTA

Para Rose, ofensa tem cunho eleitoral

ZANA ZAIDAN

Para a vice-governadora Rose Modesto (PSDB), o deputado estadual Marquinhos Trad (PMDB) acusá-la de usar “linguajar de beira de estrada e fundo de boate” não passa de clara tentativa de prejudicar uma provável adversária nas eleições municipais de 2016. “Não tem outra explicação se não o intuito de antecipar o processo eleitoral”, afirmou Rose.

Conforme já havia declarado em ocasiões anteriores, a vice-governadora prefere não discutir, agora, o pleito do ano que vem. “Não vou entrar nesse debate (sobre eleições) porque este não é momento, ainda falta mais de um ano para a eleição e o foco, agora, é fazer bem meu trabalho”, acrescenta a vice-governadora, que também acumula o cargo de

Também no modo de ver do Legislativo, não há ausência de “fato determinante”, como argumentou a Energisa, porque a CPI tem como propósito apurar desvios relatados, “com riqueza de detalhes”, por uma auditoria da empresa PwC (PricewaterhouseCoopers), da monta de pelo menos R\$ 103,3 milhões, número preliminar levantado até o momento pelos deputados.

Outro ponto questionado é o fato de a Energisa argumentar que as investigações deveriam se restringir ao período em que o Grupo Rede detinha o controle acionário (até agosto de 2012). Os deputados insistem que as irregularidades do então gestor impactaram na tarifa, o que significaria “que presentemente a Energisa pode estar se beneficiando das irregularidades do passado, arrecadando, mês a mês, valores indevidos de quase um milhão de consumidores, daí porque não existe legítima razão para limitar (o período da) investigação”.

A Energisa contestou oito pontos da CPI, que foram rebatidos pela Assembleia: a inclusão do termo “Energisa” na nomenclatura da comissão; a quebra do sigilo bancário da empresa; a inexistência de impacto na tarifa de energia; ausência de “interesse público”; falta de “competência” do Legislativo estadual para investigar empresa regulada por órgão federal; apuração do relatório da PwC por outros órgão competentes.



Opinião. Rose lamentou ataque

secretária de Estado de Direitos Humanos e Assistência Social.

Rose diz ter considerado a fala de Marquinhos “mal-dosa e discriminatória” e que pretende, com o episódio, ampliar o debate contra “agressões físicas e morais que mulheres sofrem todos os dias”.

Edital de Convocação para Assembleia Geral de Constituição de Associação dos Lojistas do Shopping Bosque dos Ipês, Aprovação de Estatuto e Eleição da Primeira Diretoria.
A SER REALIZADA EM 03 de junho de 2015. Ficam convocados todos os interessados, empreendedora e lojistas, nos termos do artigo 53, “caput”, da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, (Código Civil Brasileiro), para a realização da Assembleia Geral de Constituição de Associação, Aprovação de Estatuto e Eleição da Primeira Diretoria a realizar-se no próximo dia 03 de junho de 2015, na Avenida Cônsul Assaf Trad, n 167 4634, Bairro Coronel Antonino, Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul. A convocação dar-se-á às 10:00 horas do dia mencionado, onde instalar-se-á a Assembleia para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1º) – Constituição da Associação dos Lojistas do Shopping Bosque dos Ipês. 2º) – Apreciação e aprovação do Estatuto Social. 3º) – Eleição dos membros da Diretoria. Campo Grande/MS., 22 de maio de 2015.
Rafael Cazzolato Arnaldi – RG nº. 1333021 – SSP-MS
Representante da Comissão Organizadora.